

Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer

De 04 a 07 de maio de 2006, em Brasília, aconteceu a II Conferência Nacional do Esporte. O objetivo é consolidar o esporte e o lazer como direitos sociais e dar continuidade às conquistas da primeira edição da Conferência, realizada em junho de 2004, que teve como resultados os referenciais para uma nova Política Nacional do Esporte, com ênfase na inclusão social, além da resolução de criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer” é justamente o tema central desta edição. O sistema é considerado necessário para unificar a ação dos envolvidos no desenvolvimento do esporte e do lazer em todo o território nacional.

A Conferência pretende qualificar o debate sobre as propostas apresentadas, garantindo a construção de um Sistema eficaz, democrático e participativo que atenda aos anseios da população. Com o objetivo de ampliar o debate acerca do tema, desde a elaboração dos textos que subsidiarão as discussões nas etapas da II Conferência Nacional do Esporte, o Ministério do Esporte realizou, em outubro de 2005, o I Fórum do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, reunindo representantes do esporte nacional com experiências diferenciadas, procurando contemplar o esporte em todas as suas dimensões. O Fórum fortaleceu o entendimento de que mais importante do que apresentar uma proposta de estrutura para o novo Sistema é possibilitar o debate acerca das questões que permeiam a sua construção. **E.F.**



II Conferência Nacional do Esporte

Entrevista



Agnelo dos Santos Queiroz Filho
Ministro do Esporte

Em junho de 2004, o Ministério do Esporte realizou a I Conferência Nacional do Esporte, que foi um sucesso. O governo agora cumpre o prometido ao realizar a II Conferência em 2006. Nesta entrevista, o Ministro do Esporte, Agnelo dos Santos Queiroz Filho, faz considerações sobre essa segunda edição da Conferência e sobre o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, além de destacar a importância do Profissional de Educação Física.

Qual o objetivo desta segunda edição da Conferência?

A II Conferência Nacional do Esporte tem como finalidade central democratizar o debate sobre a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, partindo da resolução aprovada na conferência anterior e da Política Nacional do Esporte aprovada pelo Conselho Nacional do Esporte (CNE) em 2005. Para o Ministério do Esporte, a Conferência também será importante para consolidar o espaço de diálogo entre estado e sociedade; mobilizar estados e municípios para aperfeiçoar a estruturação institucional e política da área do esporte e do lazer; promover ampla mobilização, articulação e participação popular em torno da análise do atual Sistema Nacional de Esporte; avançar na construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e consolidar a Política Nacional do Esporte e as respectivas políticas setoriais.

O que levou o Ministério do Esporte a selecionar o Sistema Nacional de Esporte e Lazer como mote central da II Conferência?

A primeira Conferência já indicou o tema central quando aprovou a Resolução de criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, mas, além disso, para nós essa é uma questão essencial para a consolidação do esporte como uma política de estado.

O Sistema Nacional de Esporte e Lazer coloca o esporte e o lazer como políticas públicas essenciais que contribuem para o

desenvolvimento integral do cidadão brasileiro e social da nação. Esses objetivos vêm ao encontro das premissas do CONFEF e são considerados como conseqüências da ação abrangente da Educação Física. O senhor concorda com essa percepção do CONFEF?

Concordo e vou além. A ação abrangente da Educação Física é fundamental e na minha opinião extrapola a atuação do esporte. Assim como o lazer tem muitas outras dimensões além da dimensão esportiva. O que se pretende com o Sistema Nacional de Esporte e Lazer é consolidar a Política Nacional do Esporte que trata o esporte e o lazer como políticas públicas essenciais na perspectiva do desenvolvimento humano e da nação. A efetiva implantação da política e a garantia do esporte e do lazer como direitos sociais depende de um sistema nacional estruturado que articule ações de governo e da iniciativa privada, e garanta a oferta de serviços de qualidade a toda população brasileira.

Qual, efetivamente, é o papel da Educação Física e de seus Profissionais no estabelecimento das bases do Sistema Nacional de Esporte e do Lazer e na dinamização das atividades envolvidas?

O papel da Educação Física e de seus Profissionais é muito importante não só na construção coletiva das bases do sistema, que se inicia a partir das etapas municipais/regionais e estaduais da II Conferência Nacional do Esporte, mas principalmente na sua operacionalização. Um dos Eixos considerados fundamentais para o funcionamento do Sistema são os Recursos Humanos e sua formação. Tanto que já na Resolução de criação do Sistema, ocupava um lugar de destaque. Para nós, essa é a mola propulsora do Sistema, que pode garantir sua qualidade na ponta, ou seja, nos serviços oferecidos à população.

As políticas de esporte e lazer hoje desenvolvidas pelo Ministério do Esporte, seguindo as experiências exitosas de

várias gestões municipais sensíveis à causa da necessidade da implementação de políticas de esporte e lazer para o atendimento da população brasileira, têm investido na atuação de agentes sociais. Para tanto, obviamente, não abre mão de uma política de formação permanente aos agentes contratados, realizada através de parcerias com as universidades, com as secretarias de educação, envolvendo Profissionais e Professores de Educação Física, como também de áreas afins. Esses agentes são compreendidos como mobilizadores e dinamizadores das ações de esporte e lazer na cidade, sempre atuando sob a orientação de professores e profissionais das diversas áreas relacionadas.

O senhor considera a Educação Física Escolar uma ferramenta poderosa no combate a diversos males, tais como obesidade infantil e sedentarismo?

Entendemos que a Educação Física é a principal ferramenta para esses problemas, principalmente porque tem em um espaço institucional, que é a escola, o acesso direto às crianças e jovens. Para mim, essa deve ser a grande preocupação da área nos próximos anos, focando sua atuação não só no combate, mas principalmente em relação à prevenção desses males.

Tal disciplina não deveria ser valorizada, neste contexto, dando-lhe inclusive maior destaque na grade escolar dos ensinos fundamental e médio?

Acredito que estamos caminhando para isso. A própria sociedade tem reconhecido o importante papel da Educação Física Escolar e tem reivindicado essa valorização na grade curricular, que na minha opinião é mais do que legítima. O que temos visto também é a ampliação desse espaço por meio de atividades extra-curriculares oferecidas pelas escolas, onde o esporte tem recebido papel de destaque.

Como o Ministério e o CONFEF podem atuar no sentido de alertar essa juventude para a necessidade da prática de atividades físico-desportivas?

Acredito que por meio de campanhas educativas, que devem inclusive envolver outros ministérios como Educação e Saúde, compreendidas como ações do governo em parceria com a sociedade, e com a ampliação do acesso de crianças e jovens às atividades físicas e esportivas. Isso pode ser viabilizado pela própria articulação das ações já desenvolvidas na área.

Outro aspecto importante neste projeto é a questão da inclusão social. Como fazer a sociedade reconhecer o papel que a atividade

esportiva e de lazer desempenha em nossas vidas? Como fazê-la entender a importância da orientação por parte de profissionais competentes e capacitados para tal?

Da mesma forma que em relação aos jovens. Acredito que a ampliação da oferta das atividades esportivas e de lazer, e o desenvolvimento de campanhas educativas devem favorecer a compreensão da sociedade. E é claro que, sendo desenvolvido por profissionais competentes e capacitados, esse processo pode ser facilitado pelo próprio retorno que terá em relação aos seus praticantes.

Nas discussões realizadas na I Conferência, chegou-se ao consenso de que a prática do esporte e do lazer apresenta aspectos negativos e positivos, dos quais a sociedade deve ter ciência. A intervenção profissional tem caráter decisivo no sucesso ou insucesso da empreitada. Como o Ministério entende esse conceito?

Em todas as profissões encontramos bons e maus profissionais. Desde a diversidade de formação oferecida até as dificuldades pelas quais passa a educação superior brasileira, onde muitas vezes a infra-estrutura é precária e os professores, como consequência da baixa remuneração, não são devidamente qualificados, há questões que afetam diretamente a formação profissional. Temos acompanhado o esforço do CONFEF nesse sentido, vindo ao encontro das preocupações deste governo com a avaliação da Educação Superior materializadas pela ações do MEC/INEP. Por isso, a necessidade permanente de orientarmos a população sobre os benefícios da prática esportiva e de lazer, e também dos riscos dos excessos ou da prática inadequada.

Quais as expectativas do Ministério do Esporte para a II Conferência Nacional do Esporte?

A I Conferência envolveu mais de 80.000 pessoas. Esperamos que, para a sua segunda edição, além de ampliar o número de participantes, possamos realizar mais etapas municipais e regionais, levando para as etapas estaduais um debate qualificado e representativo, de forma que a Etapa Nacional concentre a diversidade de opiniões e de realidades existentes em nosso país. Para isso queremos contar com a participação importante dos Profissionais e estudantes de Educação Física e Esporte de todos os estados, que com certeza irão contribuir de forma significativa na construção das propostas e na consequente estruturação de um Sistema de Esporte e Lazer eficaz, democrático e participativo, que atenda aos anseios da população. **E.F.**